

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 85
Agosto – 2007

S U M Á R I O

2 Estados Unidos: discórdia entre realistas e neoconservadores

Virgílio Arraes

4 Venezuela: tendências radicais e novas assimetrias no MERCOSUL

José Ribeiro Machado Neto

7 A China e o Terceiro Mundo:
novos relacionamentos ou a volta do velho colonialismo?

João Fábio Bertonha

10 Geórgia: os sintomas do Cáucaso entre a Rússia e o Ocidente

Ricardo dos Santos Poletto

RESENHAS

14 Relações Internacionais do Brasil: versão academia

Paulo Roberto de Almeida

23 Nem todo o petróleo é nosso

José Alexandre Altahyde Hage

Estados Unidos: discórdia entre realistas e neoconservadores

VIRGÍLIO ARRAES*

Com quase quatro anos e meio de duração, não há mais dúvidas com relação ao duplo desacerto da Segunda Guerra do Golfo: o governo George Bush equivocou-se tanto na concepção como na execução do empreendimento no Iraque. O que inquieta os formuladores conservantistas da política externa norte-americana é qual próximo confronto poderia esvaecer a lembrança do atual falhanço e em que oportunidade ele porviria.

No momento, os neoconservadores travam debates bizantinos sobre se uma das principais falhas na condução da peleja teria sido a insuficiência de efetivos – posição esposada por Robert Kagan – ou a presença militar sobremaneira estendida lá – opinião defendida por Paul Wolfowitz.

No caso da primeira posição, a tropa necessária deveria ter sido em torno de meio milhão, ou seja, duas vezes mais a que lá está presente. Sendo assim, o envio de mais 21 mil e 500 combatentes no início de 2007 foi conforme expressão de Zbigniew Brzezinski – em artigo ao *Washington Post* em janeiro último – ‘um artifício político de significado tático limitado e de nenhum benefício estratégico’.

Com vistas à segunda, o retorno quase imediato da maioria da tropa teria significado a manutenção das forças armadas iraquianas, observadas com desconfiança por Washington, de sorte que elas seriam dispensadas após a queda da ditadura de Saddam Hussein. Sem alternativa no curto prazo, muitos iriam compor as guerrilhas, especialmente se fossem vinculados anteriormente também ao Partido Baath.

Outra consideração levada adiante ao analisar-se a dificuldade de estabilizar o Iraque foi o fato de o país ser multinacional e multirreligioso. Entretanto,

se isso fosse determinante, o governo Clinton teria falhado na antiga Iugoslávia nos anos 90.

Por meio de breve retrospecto nas últimas décadas, observa-se que os Estados Unidos, de forma contida, retomaram aos poucos a autoconfiança, ao aventurar-se, primeiramente, em Granada, em 1983; Panamá, em 1989; e, por fim, Iraque em 1991 – naquela ocasião, o Presidente George Bush Sr. afirmou que a síndrome do Vietnã estava definitivamente superada. Destarte, a elite estadunidense esperaria mais de 15 anos até obter um trunfo militar e político significativo.

De modo dramático, a espiral da recuperação da firmeza estadunidense no cenário internacional desembocou no unilateralismo extremado que, por seu turno, ocasionaria o desgaste e o descrédito do país diante até de parceiros tradicionais como Alemanha ou França. Logo, é patente a perda de poder dos Estados Unidos sob a gestão George Bush Jr.

Um aspecto desconcertante relaciona-se com a data do provável retorno da expedição militar. Diante da fragilidade do governo local, os Estados Unidos teriam de envolver países lindeiros como a Turquia, por exemplo, em vista de sua população curda. O Iraque é uma questão de interesse regional, de maneira que a sua instabilidade reflete naturalmente de forma negativa em praticamente todo o Oriente Médio.

A saída da maior parte do esquadrão neoconservador da Casa Branca – Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Douglas Feith, Lewis Libby – possibilitou maior reflexão, ainda que limitadamente, sobre a questão iraquiana e mesmo sobre a política exterior norte-americana – contudo, saliente-se que

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

o remanescente mais significativo, Dick Cheney, ainda exerce influência reservada, dado o seu perfil político, sobre o Presidente Bush.

À primeira vista, o projeto de ímpeto cruzado – materializado na ânsia de implementar uma democracia neoliberal no Iraque e posteriormente de espaiá-la no restante da região e adjacências – parece ter sido posto de lado, em decorrência da insuficiência de resultados positivos com naturais efeitos desanimadores sobre os aliados da coligação militar.

Em sendo assim, há espaço para vir à tona o realismo tradicional, o que significaria descartar um

eventual norte inspirado no choque de civilizações – expressão popularizada por Samuel Huntington, mas cunhada por Bernard Lewis – ou na confrontação maniqueísta, como esboçada após o ataque terrorista do 11 de setembro de 2001 – relate-se que na história recente dos Estados Unidos nenhum presidente enfatizou tanto seus vínculos religiosos como Bush, cristão renascido.

O desafio político dos republicanos é conjugar com a programação eleitoral presidencial de 2008 a execução de uma retirada decorosa, ao menos na retórica, do território iraquiano.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Venezuela: tendências radicais e novas assimetrias no MERCOSUL

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

As vitórias políticas parciais obtidas pelo presidente Chávez na sua discutível e persistente marcha para o socialismo do século XXI não têm, até agora, demonstrado plena aceitação pelo povo venezuelano e, nem mesmo, conquistado a simpatia de novos adeptos no continente sul-americano. Têm, ao que parece, apenas uma pífia aceitação pelos remanescentes contestadores bolivianos e equatorianos apoiados pelo isolado ideário cubano. São minorias possuidoras de velhas idéias libertárias herdadas de utopias típicas dos idos de 1960 e que buscam, a qualquer preço, novos espaços no atual cenário político globalizado.

Na Venezuela – apesar da contestação política está sendo reprimida com veemência – a velha tese de partido único sem opositores ainda não foi implantada; a justiça ainda não está militarmente plena; e as manifestações religiosas ainda são permitidas. O Estado bolivariano ainda não é o proprietário único dos meios de produção e nem representa o mercado. A moeda, os preços e os salários ainda flutuam de acordo com as leis econômicas. O livre comércio ainda sobrevive sob a âncora do preço internacional do petróleo e a propriedade privada ainda está – apesar de ameaçada – respeitada. Além do mais, o direito de ir e vir dos cidadãos ainda não foi interrompido e o uso do passaporte interno – a exemplo do *ancien régime* do leste europeu – ainda não foi implantado. Ainda, há oportunidades para mudanças voluntárias de domicílios, de transferências de bens e, em último caso, mudanças para o exterior.

A redemocratização da América Latina nos anos 1980 ecoou no cenário das nações político-econo-

micamente organizadas como um amplo elenco de oportunidades para a intensificação dos fluxos de capitais externos. Da mesma forma, na formação de novas elites políticas, no fortalecimento das representatividades democráticas e, principalmente, para novas chances de intensificação comercial no próprio continente e nos principais mercados internacionais. Nesse novo cenário se enfatiza a reaproximação entre os Estados com uma nova identidade política e uma tentativa de integração simétrica através do MERCOSUL no início dos anos 1990, que inicialmente, a partir do Cone Sul, demonstraria possibilidades de extensão de novas intenções graduais de integração para o continente sul-americano. Uma exigência prévia comum, entretanto, far-se-ia presente, bem antes da assinatura do tratado: democratização plena da governabilidade latino-americana.

A proposta de filiação da Venezuela como Estado parte do MERCOSUL ocorreu em julho de 2006, durante a cúpula de Presidentes em Córdoba, Argentina. Quais seriam as vantagens para o bloco com a inserção da Venezuela, além do possível fornecimento de petróleo e de seus derivados a preços competitivos aos do mercado internacional? Não se pode esperar a oferta de progresso técnico e nem parcerias em investimentos nacionais estratégicos, pois as realidades brasileira e venezuelana não convergem em objetivos. Até no populismo, Brasil e Venezuela são atípicos e assimétricos, apesar de alguns ensaios análogos de governabilidade e de mecanismos financeiros distributivos a expensas do Estado e sem contrapartidas.

A não abertura do mercado venezuelano a produtos agrícolas brasileiros pode ser vista como

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

uma contrapartida diplomática ao silêncio brasileiro diante de sucessivos arroubos antiamericanos de Chávez, do seu estreito alinhamento com Cuba e de sua recente aproximação com a China, Irã e Rússia, além de fortalecer sua presença na África. A princípio, trata-se de uma nova forma de propaganda da capacidade bolivariana de construir novas parcerias muito além da linha equatorial. Se forem necessárias à governabilidade tornar-se-ão substitutivas de parcerias anteriores com alguns vizinhos latino-americanos ainda não solidários com o projeto socialista não definido na sua gênese e nem no seu conteúdo transformador. Tudo indica que o mesmo está apenas calcado na última vitória eleitoral de 2006, cujo resultado favorável ao governo ultrapassou 60% do censo eleitoral.

Além da expressiva votação, Chávez contaria com a ocorrência de alguns elementos favoráveis. Primeiramente, sucessivas derrotas políticas da oposição em confrontações diretas acompanhadas pela mídia estatal que retratava falácias entre os opositoristas. Seguiram-se o desaparecimento da Coordenação Democrática (CD); o afastamento e acomodação da hierarquia da Igreja católica dos debates políticos; substituições gerenciais na estatal petrolífera PDVSA que deixaria de existir como oposição; a desconfiança da população diante de atalhos extra-institucionais realizados pela oposição; e, inclusive, a rápida ascensão de forças não democráticas. A conjunção desses elementos, aliada ao protagonismo personificado e à diplomacia presidencial, garantiriam a aceitação popular do chavismo internamente e, no cenário internacional, por Ahmadinejad, Castro, Correa e Morales, e por outros governantes interessados em fatias do mercado venezuelano.

O projeto bolivariano ainda permanece uma incógnita de mutações diferenciadoras das pretensões ortodoxas defendidas pela esquerda latino-americana no final do século passado. Não bastarão, para tanto, vitórias sobre a propriedade privada do capital e suas formas tradicionais de reprodução. Será necessário alterar as suas formas distributivas dependentes dos ganhos da exploração petrolífera e, mais ainda, do distanciamento de

possibilidades de estrangulamentos externos nas economias compradoras. Aleatoriamente a este quadro, a competitividade exportadora venezuelana está longe de garantir a passagem pacífica para o novo socialismo. A marcha para a maturidade industrial depende do investimento externo e de avanços do progresso técnico e, além disso, de aumentos significativos do comércio com o Brasil e outros vizinhos latino-americanos.

Para ser implementado em tempo real, deverá o novo socialismo, a priori, alterar o atual *status* institucional, o regime partidário imposto pela nova Constituição Bolivariana (CRBV), o papel das forças armadas e, principalmente, as formas de distribuição da riqueza nacional de maneira paradoxal à livre iniciativa. Novos conflitos internos poderão surgir entre as lideranças antagônicas dos setores público e privado. Além da equidade distributiva dos ganhos do comércio do petróleo, a necessidade de planificação da economia e o gigantismo do Estado ao lado de restrições à propriedade privada – elementos substitutivos do livre comércio num contexto globalizado – dificilmente poderão garantir à Venezuela os êxitos esperados do projeto bolivariano.

Permanecendo as tendências socializantes com vistas ao fortalecimento da governabilidade, novas assimetrias poderão surgir entre a Venezuela e o MERCOSUL. Estas, por sua vez, poderão ser alargadas e, em curto prazo, criar vazios comerciais que devem ser preenchidos com acréscimos importadores de manufaturados e de bens de capital necessários à manutenção da atividade industrial. As novas parcerias estão sendo criadas com o objetivo de preencher as falhas do comércio bilateral no espaço sul-americano, mas limitadas apenas a *commodities*, sem perspectivas de transferência de tecnologias necessárias à modernização industrial. Sem a transferência de progresso técnico a indústria venezuelana congela suas possibilidades de diversificação e de crescimento autônomo. A contrapartida comercial poderia vir da entrada da Venezuela no MERCOSUL, com a eliminação de barreiras tarifárias e contrapartidas advindas da regularização do comércio exterior, principalmente, com relação ao Brasil, à Argentina e, posteriormente, ao Chile.

As relações comerciais com o Brasil têm demonstrado, a título de exemplo, a baixa competitividade venezuelana no comércio de manufaturados. No primeiro semestre de 2007 o comércio Brasil-Venezuela alcançou US\$ 2,2 bilhões, sendo US\$ 2,14 bilhões (97%), o montante vendido pelo Brasil e apenas US\$ 187,8 milhões (8,5%) o total exportado para o Brasil. Do total de US\$ 80,0 bilhões exportado pelo Brasil no período, as compras venezuelanas apenas representaram 2,75%. Desta forma as relações de termos de trocas são bastante favoráveis ao Brasil e tendem a permanecer estáveis por um considerável espaço de tempo. A abertura do mercado venezuelano para os produtos agrícolas brasileiros poderia aumentar sensivelmente esses resultados, de maneira independente do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, mantendo-se o axioma do comércio internacional em que todos ganham se negociam com vantagens relativas conhecidas.

A insistência de Chávez junto aos governos do Brasil e do Paraguai, para a aprovação pelos seus respectivos parlamentos da entrada da Venezuela no MERCOSUL, tem sido motivada pelas pretensões reformistas para a Comunidade Andina e para o próprio bloco. Estas primam pela descaracterização capitalista e concorrencial do comércio extra-bloco, induzindo-o à margem da competitividade globalizada, distanciando-o cada vez mais de parcerias com a União Européia (UE). Por conseguinte, justificam alterações na estrutura do MERCOSUL por acharem que a sua cúpula diretiva representa segmentos da direita latino-americana. Desta forma, a entrada da Venezuela no MERCOSUL não se caracteriza pela adesão com igualdade de princípios democráticos, mas sim, de imposições que descaracterizam a unidade geopolítica preconizada pelo tratado de Assunção, pondo em cheque a vantagem contributiva da agregação venezuelana.

Aleatoriamente a sucessivos pronunciamentos de Chávez, o Brasil tem demonstrado interesse na aprovação da entrada da Venezuela no MERCOSUL pelo Congresso Nacional. Para tanto, têm-se buscado contatos individualizados com parlamentares brasileiros, não obstante impactos negativos do recente episódio causado pela não-renovação à empresa de televisão venezuelana RCTV, criticada por políticos brasileiros, no qual, Chávez em resposta e sem pedido de desculpas agrediu seriamente o parlamento brasileiro. Mais uma vez, sem justificativas, o governo brasileiro manteve-se silencioso, deixando para a área diplomática uma possível, mas posterior resposta.

Apesar da ausência de identidade política entre o Brasil e a Venezuela, mormente no que diz respeito às liberdades individuais e de imprensa, somando a isso, tendências radicais de governabilidade, o Brasil ainda mantém-se inerte à liturgia bolivariana. Ganhos e perdas ainda não foram mensurados e, nem mesmo, dimensionados com a inserção da Venezuela no MERCOSUL. Para o Brasil trata-se de mais um parceiro comercial; para a Bolívia e Equador um aliado com maior proximidade; e para os demais membros do bloco, à exceção da Argentina, quase nenhuma contribuição em termos de novas oportunidades de comércio bilateral, principalmente no que diz respeito a exportações de petróleo e derivados a preços diferenciados do mercado internacional.

A aproximação da Venezuela, a passos acelerados do espaço do Cone Sul, sob diferentes olhares do Brasil e da Argentina – beneficiada pela venda à Caracas de relativa soma de bônus de sua dívida pública e assinatura de novos acordos bilaterais – parece não trazer na sua gênese novos elementos facilitadores da integração. Por sua vez, traz acréscimos localizados de retórica política dissonantes das veias democráticas responsáveis pela redemocratização latino-americana, exitosas após o Tratado de Assunção, em 1991.



A China e o Terceiro Mundo: novos relacionamentos ou a volta do velho colonialismo?

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Se examinarmos as tabelas de exportação e importação chinesas, poderemos chegar a algumas conclusões interessantes. A China parece ter se tornado realmente uma grande usina de produção industrial, a qual importa e exporta em ritmo acelerado. Os fluxos comerciais, contudo, não são homogêneos e indicam claramente o papel de cada região do planeta dentro do “sistema chinês”, sendo o Ocidente o grande consumidor e o Terceiro Mundo o fornecedor de insumos a serem processados. Desse modo, não impressiona que os grandes superávites chineses sejam com os ocidentais e que eles tenham até um pequeno déficit com os países mais pobres. Garantir esse arranjo é a prioridade número um da liderança chinesa hoje em dia.

Um exame das agendas dos principais funcionários da diplomacia chinesa nos últimos anos indica claramente essa prioridade em garantir que o seu apetite aparentemente insaciável por alimentos, metais e petróleo será atendido. As viagens às principais capitais do Terceiro Mundo têm sido uma constante (assim como a sua retribuição), o que indica uma alteração de monta no sistema econômico internacional.

Na América Latina, ainda está longe o momento em que a hegemonia local passará de Washington para Pequim. Aliás, este momento provavelmente nunca chegará, dada a proximidade geográfica com os Estados Unidos. Mas a influência chinesa está crescendo, especialmente depois que a China percebeu que aqui ela poderá encontrar boa parte do que precisa: minério de ferro, petróleo, cobre, farinha de peixe, frutas, celulose etc. Basta lembrar

que, entre 2000 e 2004, as vendas da América Latina para a China se multiplicaram por quatro e que o país se tornou um dos principais sócios comerciais dos latinos. Investimentos chineses também começam a fluir para a região, especialmente para as obras de infra-estrutura que garantam o fluxo dos produtos para a China, como em ferrovias e portos.

Para a China, o comércio com a América Latina é secundário frente a seus vínculos asiáticos e ocidentais. Mas é importante para a América Latina e está merecendo atenção especial dos dirigentes chineses.

O mesmo pode ser dito do Oriente Médio. Petrodólares começam a ser aplicados nos mercados asiáticos e estão sendo feitas aquisições, compras de empresas etc. Entre 2000 e 2005, o intercâmbio comercial dobrou. Claro que o grosso dos fluxos financeiros e comerciais do Oriente Médio ainda é com a América do norte, Europa e Japão e a influência geopolítica e militar norte-americana é central. Mas o relacionamento entre as duas regiões se torna cada vez mais importante, o que não espanta, dada a convergência de interesses. O Oriente Médio tem capitais e hidrocarbonetos. A China tem oportunidades de lucros e grande necessidade de petróleo. Nada mais lógico o crescimento dos vínculos.

É na África, contudo, que a situação tem se alterado de forma mais drástica. Depois do fim da Guerra Fria, as grandes potências, como França e Estados Unidos, tenderam a ignorar as nações africanas ou, no máximo, a manter uma relação paternalista com elas. O continente negro parecia um lugar sem qualquer perspectiva e, portanto, não

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

valia a pena nem investir nem se preocupar com ele, com exceção de alguns tópicos pontuais.

Isto tem mudado recentemente, com os Estados Unidos aumentando a sua preocupação com a África em termos de segurança e procurando garantir o acesso a seus recursos naturais. Mas os chineses tem sido mais audaciosos e com um projeto estratégico mais definido, ou seja, obter combustíveis, minerais e produtos primários e oferecendo como compensação investimentos e empréstimos. Prova desta audácia foi a reunião de cúpula de quase todos os dirigentes africanos em Pequim em 2006 e as visitas contínuas de diplomatas chineses ao continente.

Os resultados dessa atuação e dos interesses complementares foi a multiplicação por dez do fluxo comercial entre os dois lados nos últimos anos, um crescente volume de investimentos chineses em infra-estrutura e o estabelecimento de vínculos políticos mais próximos. Estão longe os dias em que a China comunista enviava técnicos e consultores para apoiar os africanos na "luta antiimperialista" e exigia contrapartidas em fidelidade ideológica e o não reconhecimento de Taiwan. A questão agora se resume a investimentos, comércio e lucros.

Em si, esta situação está longe de ser negativa. Os chineses assumem mais riscos do que os ocidentais e estão investindo pesado em infra-estrutura, um setor especialmente carente na África, além de absorverem produtos africanos em grande quantidade. Seus produtos manufaturados de baixo custo também permitem aos africanos uma melhoria no seu poder de compra e o simples interesse da China pela África é útil ao servir de contrapeso para os EUA e a Europa, obrigando-os a pagar mais pelos produtos africanos e se interessar pelo continente.

A chegada dos chineses também traz, contudo, desvantagens para a África. Os assuntos internos de cada país pouco interessam aos chineses, o que os leva a fechar os olhos (ainda mais do que os ocidentais) para violações dos direitos humanos, corrupção etc. Pequim tem dado respaldo, por exemplo, ao governo do Sudão frente à condenação internacional pelos massacres em Darfur e parece não se importar muito com desvios de recursos pelos governantes locais. Para a parte pior das elites da África, esta posição

chinesa é mais do que confortável, mas a população em geral é prejudicada.

O crescimento dos laços comerciais também tem uma contrapartida negativa para os africanos. A invasão dos manufaturados chineses impede que a indústria local cresça, o que pode significar um futuro essencialmente agrário para o continente. A indústria têxtil sul-africana e nigeriana, por exemplo, foi especialmente afetada pela concorrência chinesa. Ao mesmo tempo, crescem as denúncias sobre as más condições de trabalho em fábricas chinesas instaladas na África, como nas regiões ricas em minério no Congo ou em Zâmbia. Neste último país, por exemplo, empresas chinesas foram acusadas de proibir atividades sindicais, pagar salários ínfimos até para os padrões locais e relaxar com a segurança.

Também começa a haver um sentimento, ainda difuso, mas crescente, de que os chineses estão chegando na África não como parceiros, mas como colonizadores. Afinal, eles estão fazendo algo muito próximo do que os antigos colonizadores europeus faziam, ou seja, empregando mão de obra local para extrair recursos naturais para exportação e inundando os mercados locais de produtos manufaturados próprios, sem se preocupar com o desenvolvimento local, mas apenas com seus interesses. A medida em que os africanos se tornam mais dependentes dos investimentos e do mercado chinês, além disso, os chineses começam a interferir mais nos seus assuntos internos, como na Zâmbia ou em Angola.

Não dá para prever, evidentemente, como as relações sino-africanas se desenvolverão no futuro. Alguns analistas acreditam que a China tem se tornado um ator mais responsável, em termos ambientais e com relação aos direitos humanos, na África e que esta é uma tendência. Também há sinais de alguma resistência, por parte dos africanos, frente a algumas demandas chinesas. Recentemente, o governo do Gabão, por exemplo, forçou uma empresa chinesa a suspender a exploração de petróleo por questões ambientais, enquanto trabalhadores de cobre de Zâmbia se mobilizaram por melhores condições de trabalho, conseguindo até mesmo fazer do tópico tema eleitoral. Mas, como é óbvio, o futuro ainda está indeterminado.

Também não sabemos como as outras potências irão se posicionar, no futuro, frente ao contínuo ativismo chinês na África e no resto do Terceiro mundo. Os Estados Unidos, como já mencionado, começam a mexer suas pedras para se posicionarem melhor no tabuleiro africano e é de se esperar movimentos de outros países. Mas seus contornos ainda estão indefinidos.

O exemplo da ação chinesa na África e outros mais próximos (como o da Bolívia frente ao Brasil) indica, de qualquer forma, como os limites entre cooperação e imperialismo são fluidos. O velho imperialismo do século XIX, com conquista direta e ocupação do território é fácil de identificar e está completamente ultrapassado. Mas e quando se tem uma situação como esta, na qual os interesses dos dois lados são complementares, mas, ao mesmo

tempo, diversos e com uma hierarquia clara entre um lado mais forte e outro mais fraco? Como chamar esta relação? Conflito de interesse entre parceiros? Imperialismo?

Esta é um problema realmente espinhoso e de difícil solução, especialmente porque acaba por se converter em questões emocionais e/ou de orgulho nacional. O Brasil ou a China podem argumentar que, sem seu aporte financeiro e tecnológico, o petróleo e o gás continuariam na terra e que a Bolívia ou o Gabão deviam ser gratos pelo seu apoio. Estes países podem até reconhecer isto, mas sempre se sentirão explorados e vitimados, até pela sua própria história como colônias. Enfim, uma tensão permanente e que pode, talvez, ser amenizada por tato e negociação, mas que, provavelmente, nunca desaparecerá.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>

Geórgia: Os sintomas do Cáucaso entre a Rússia e o Ocidente

RICARDO DOS SANTOS POLETTO*

Entre o Mar Negro e as montanhas do Cáucaso, encontra-se um dos cenários mais complexos do jogo político internacional contemporâneo. Na junção entre o leste europeu e a faixa ocidental asiática, convivem temas como separatismo, etnonacionalismo, operações de paz, redefinição de zonas de influência, matizados por, pelo menos, cinco focos de conflito: Transnistria, Ossétia do Sul, Abkházia e Nagorno-Karabakh e Chechênia. A Geórgia, onde ocorrem dois desses movimentos separatistas, é apenas a protagonista mais imediata das últimas cartadas entre Rússia e o ocidente nesta região turbulenta, cuja importância estratégica tende a adquirir maior peso.

O fato detonante da crise maior tal qual alardeada nos círculos de segurança internacional ocorre dia 9 de agosto, quando duas aeronaves russas – supostamente Sukhoi Su-24 – teriam invadido espaço aéreo da Geórgia por 23 minutos e lançado ataque no vilarejo de Tsitelubani com míssil que não detonou ao atingir o solo. O fato, embora inegavelmente importante do ponto de vista de suas repercussões mais imediatas no diálogo da Rússia com a comunidade internacional e com a própria vizinha Geórgia, insere-se em um mosaico de maiores proporções, que desenha um processo de transição e, mais recentemente, de continuidade de dinâmicas na região do Cáucaso. A invasão do espaço aéreo georgiano enseja, portanto, uma reflexão mais profunda sobre os movimentos de interação, de maneira a identificar suas novas constantes e tendências.

A Revolução Rosa e os movimentos separatistas

O escalar dos episódios de tensão na Geórgia opera a partir de precedentes importantes. A Revolução

Rosa, em 2003 – uma tendência política que se repetiu com a Revolução Laranja que se operou na Ucrânia em 2004 – deve ser entendida como o desenlace recente de tensões represadas. A mencionada revolução marca não somente a queda do regime corrupto de Shevardnadze, mas a inauguração de um experimento neoliberal pró-Ocidente, a poucos quilômetros da vigilante Rússia.

Até dezembro de 2006, a Rússia mantinha quartel general militar na capital da Geórgia, em auxílio na manutenção da ordem do país recém-independente. As bases russas, entretanto, tornaram-se incômodas em pouco tempo. A desativação das bases militares foi acelerada após a série de desencontros diplomáticos entre os dois países e simbolizam um afastamento contínuo.

Em 27 de setembro de 2006, quatro oficiais de inteligência russa são presos sob acusação de espionagem na Geórgia. Imediatamente à prisão, seguiu-se a interrupção da emissão de vistos na embaixada russa em Tbilisi. Não suficiente, a resposta russa consistiu no fechamento, por período indeterminado, das vias de comunicação postal e de transportes com o país vizinho. O parlamento considerou ainda a suspensão das transferências bancárias para o vizinho do Cáucaso, o que agravaria sobremaneira a situação econômica do país que depende das remessas dos, estima-se, quase um milhão de ascendentes georgianos residentes na Rússia.

O pano de fundo dos desentendimentos pode ser localizado nos movimentos rebeldes da Abkházia, da Ossétia do Sul e da Chechênia. As duas primeiras, repúblicas dissidentes da Geórgia, contam com apoio russo, sob protesto georgiano. A Geórgia, por sua vez, é acusada pelos russos de oferecer refúgio aos combatentes chechenos.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

A declaração de independência da Abkházia em 1994, por exemplo, não teve o reconhecimento de nenhum Estado. O isolamento da república sem existência jurídica só possui veios de contato com a vizinha Rússia, que mantém uma linha férrea de Sukhumi e que facilita a aquisição de cidadania russa pelos abkházios, com conseqüente insatisfação de autoridades georgianas.

Em suma, pode-se argumentar que a simpatia russa pelos movimentos rebeldes na Geórgia é alimentada pelo desejo de Moscou em controlar, mesmo que de maneira indireta, um Estado crescentemente pró-Occidente. Talvez Abkházia e Ossétia do Sul sejam instrumentos ideais.

Energia

A tensão nas relações bilaterais passa pela atribulada renegociação e aumento dos preços de fornecimento de energia pagos relutantemente pela Geórgia. O retorno do embaixador russo a Tbilisi em janeiro do corrente ano poderia demonstrar a disposição em promover uma distensão, também após a deportação dos suspeitos de espionagem e a evolução do mal-estar diplomático. Na mesma medida, autoridades georgianas se voltam para novas opções de fornecimento de energia que diminuam a dependência do país. Os novos preços tabelados pela Gazprom foram interpretados como punição à Geórgia pela clara orientação pró-ocidental. Países como Ucrânia, cujo governo igualmente preocupa autoridades em Moscou em virtude de sua orientação liberal, sofreram o mesmo choque com o anúncio do reajuste de preços. A Rússia recorre ao argumento das leis do mercado e lembra aos vizinhos recalcitrantes que é terminado o período de garantia de subsídios da União Soviética às demais repúblicas soviéticas.

Sobre esse mesmo tema, operou-se acordo entre Rússia, Turcomenistão e Cazaquistão sobre a construção de gasoduto, cujo desenho busca o controle sobre as rotas energéticas da Ásia Central. Dessa forma, a Rússia se transforma em ponto de passagem obrigatória para grande parte do gás produzido por seus vizinhos banhados pelo Mar Cáspio. Washington e Bruxelas defendiam plano

alternativo de construção de gasoduto que permitisse exportação de energia para a Europa sem controle russo. A diversificação das rotas de exportação de gás e petróleo originários na região dependerá em larga medida do financiamento ocidental e de uma maior independência em relação aos laços econômicos e políticos com a Rússia. Para os analistas europeus e norte-americanos, sustenta-se o temor de que o poder energético russo alimente uma política de chantagem e intimidação no Cáucaso e na Ásia Central, comprometendo as opções de fornecimento de energia, vitais para a manutenção do crescimento econômico global alcançado nos últimos anos.

Em janeiro de 2006, a Geórgia acusou a Rússia de sabotagem sobre os canais de transmissão energética para o país, que busca novas alternativas de suprimento. A construção do gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, nessa lógica, transporta petróleo cru, ligando o Mar Cáspio ao Mar Mediterrâneo. A rota com trechos terrestres sobre Azerbaijão, Geórgia e Turquia e inaugurada em julho de 2006 foi arquitetada em reunião da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE) e provou-se a melhor opção para os interesses ocidentais. Essa fonte alternativa de energia ao Oriente Médio e à Rússia aumenta sobremaneira o peso estratégico da região do Cáucaso, bem como a atenção ocidental sobre aquele espaço.

O envolvimento ocidental

Em outubro de 2006, o Secretário-Geral da OTAN, Jaap de Hoop Scheffer, em visita a Moscou, pediu a suspensão das sanções impostas à vizinha Geórgia. Ambas as partes tentaram mascarar o fato de que a intensificação do diálogo entre OTAN e Geórgia possa ter inspirado as medidas de retaliação russas. A União Européia também manifestou sua preocupação com a imposição de sanções econômicas contra a Geórgia, porém sem efeitos maiores sobre as políticas russas de suspensão da importação do vinho e da água mineral georgianos, por razões sanitárias muito contestadas.

Em 11 de março deste ano, três helicópteros supostamente de origem russa teriam penetrado na

região da Alta Abkházia – também chamada Kodon Gorge – e perpetrado um ataque aéreo, destruindo algumas construções, mas sem ocorrência de vítimas. Tropas oriundas da Abkházia recusam terem participação na ocorrência, a exemplo das autoridades russas, que rechaçam todas as acusações georgianas. Em especial neste episódio, as autoridades georgianas confessaram seu desapontamento com a ausência de resposta de seus aliados do ocidente à ameaça à soberania nacional.

Por outro lado, os russos pedem a atenção da comunidade internacional aos supostos planos de ataque às repúblicas rebeldes da Abkházia e da Ossétia do Sul. Com efeito, em outubro de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adota resolução que pede a renúncia a quaisquer movimentos considerados provocativos à Abkházia por parte de tropas georgianas.

No último episódio de 9 de agosto, considerado pela cúpula georgiana como “ato de agressão” ao Estado soberano da Geórgia, o movimento ocidental esperado pelos georgianos parece ter se desenhado de maneira mais incisiva. A começar pela formação de grupo de especialistas para investigar restos do projétil lançado em território georgiano. Entre os delegados, estão vários enviados representantes de estados membros da União Européia.

A presidência do Conselho de Segurança, por sua vez, aguarda maiores informações sobre a ocorrência antes de convocar reunião de emergência, mas se mantém atenta aos relatórios internacionais. O comportamento do ocidente, dividido entre e a necessidade de responder adequadamente ao chamado georgiano e de manter boas relações com Moscou, ainda é incerto.

OTAN

Os russos abertamente objetam expansão da OTAN, na medida em que consideram que há outros mecanismos para solução de controvérsias comuns de segurança internacional. A Aliança Atlântica, se estendida em direção às fronteiras russas, na interpretação do Kremlin, teria o efeito contrário de criar novas linhas divisórias pós-Guerra Fria.

Embora os rifles kalashnikov não deixem dúvidas sobre os laços históricos da Geórgia com o Pacto de Varsóvia e com a comunhão soviética, a transformação das tropas evidencia o lado da radical mudança que se opera na organização político-militar da Geórgia.

O pequeno país do Cáucaso tenta se comportar como se já fizesse parte do Tratado Atlântico. Sintomático o fato da rejeição ao acordo energético em curso com o Irã, em resposta ao pronto repúdio dos Estados Unidos a arranjos envolvendo aquele país. O exército americano, em reconhecimento ao voluntarismo de Tbilisi, provê tropas de treinamento especial para os operativos georgianos no Iraque. Em março, o país anunciou significativo aumento de seu contingente de tropas no Iraque – de 830 para 2000 soldados -, em um mesmo momento que outras nações (Lituânia, Dinamarca e Grã-Bretanha) optam pelo caminho inverso.

O discurso oficial toma a OTAN como garantia de segurança, bem como o caminho para o desenvolvimento em superação à lembrança do passado arcaico. Com o olhar à frente, os georgianos buscam também sua adesão ao projeto europeu. A reação do Kremlin é naturalmente hostil, com resistência visivelmente maior àquela observada na ocorrência do “desgarramento” de Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia e outros. A Geórgia, além de estar próxima demais, era parte íntima de uma união de repúblicas.

Conclusão

Seria ingênuo tratar a contenda como se esta se resumisse a definições militares. A situação no Cáucaso pode afetar diretamente a candidatura russa à Organização Mundial do Comércio, por exemplo. A Geórgia promete bloquear as negociações de acesso do país com o qual possui contendas político-comerciais, uma vez que o acesso de novo membro à OMC requer aprovação de todas as partes da organização.

A Rússia é criticada pela política “imperialista” na região, de apoio aos regimes separatistas; a Geórgia é acusada de tentar resolver as questões de Abkházia e Ossétia do Sul sem a participação russa e provoca

a ira de Moscou ao insistir em sua candidatura para reforçar as linhas da OTAN no Cáucaso. Contra a Geórgia, pesam acusações de fomento oficial de sentimentos nacionalistas, comuns desde a ascensão do presidente coroado pela Revolução Rosa, Mikheil Saakashvili.

O terreno é movediço e, por enquanto, as versões dos fatos se misturam de maneira a turvar a visão de

um ocidente ainda indeciso. A cautela é imperativa, na medida em que pode ser o momento de se revisar a política estratégica no Cáucaso, enviando um mínimo de sinais hostis a Moscou. Enfim, o Cáucaso é hoje um palco pouco convidativo para políticos e diplomatas; ironicamente, na mesma Geórgia onde Stalin gostava de passar suas férias nos tempos da cortina de ferro.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Relações Internacionais do Brasil: versão academia*

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA**

Terreno antes ocupado quase que exclusivamente pela produção estrangeira, o campo editorial brasileiro das relações internacionais vem ganhando, nos últimos anos, adições importantes por parte dos próprios pesquisadores e professores brasileiros dessa área. Ademais da nova edição livro coordenado pelo professor do Irel-UnB, José Flávio Sombra Saraiva, *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade global do século XIX à era da globalização* (publicado pela primeira vez em 1997, uma segunda vez pelo IBRI, em 2001, e revista pela Saraiva, em 2007, em edição), estes dois volumes sobre os temas e agendas das relações internacionais do Brasil, organizado pelos professores Henrique Altemani e Antonio Carlos Lessa, coordenadores de cursos na PUC-SP e na UnB, constituem o mais recente exemplo de como a produção nacional tem avançado na última década e meia, aproximadamente. Eles constituem, sem dúvida alguma, um complemento importante à bibliografia disponível e parecem destinados a figurar, provavelmente de modo compulsório, nas leituras exigidas nos cursos de relações internacionais e nos concursos de ingresso à carreira diplomática (e talvez tenham sido concebidos expressamente com essa intenção).

O *press-release* da editora confirma, aliás, esse objetivo: “Os dois volumes (...) foram pensados para o leitor interessado em política externa brasileira – sejam estudantes de graduação e de pós-graduação, candidatos a concursos públicos, e profissionais que se dedicam à formulação e à implementação de políticas públicas e privadas com repercussão

internacional – mas também para o cidadão comum, que se inquieta diante das transformações pungentes da política internacional contemporânea e que quer se informar sobre as respostas que o Brasil tem dado a essas mudanças.” O mesmo *press-release* afirma, à maneira de alerta não desprovido de fundamentação, que a obra “foi organizada para suprir uma grave lacuna verificada na literatura especializada publicada no Brasil, que é a análise acurada e circunstanciada da política externa brasileira, desde o início dos anos noventa.” De fato, desde a organização pioneira por José Augusto Guilhon de Albuquerque e Ricardo Seitenfus dos quatro volumes da obra *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990* (primeira edição entre 1996 e 2000, atualmente em curso de republicação), cuja preparação tinha sido feita, justamente, no início da última década do século XX, não se tinha tido outra iniciativa, acadêmica ou diplomática, no sentido de reunir numa única obra um número tão importante e tão diversificado tematicamente de contribuições originais ao estudo das relações internacionais do Brasil.

O primeiro volume está dividido em três partes: “Linhas e Forças”, de cunho generalista e conceitual; “Antigas e Novas Parcerias”, voltada para as relações bilaterais ou regionais: Estados Unidos, Europa, Ásia, África e mundo árabe; e “O Brasil e o seu Entorno”, sobre Mercosul, América do Sul e Alca. O segundo volume também comporta três partes, respectivamente sobre o multilateralismo político e econômico, os grandes temas da agenda internacional contemporânea, do ponto de vista do

* Resenha de OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (Organizadores): *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas* (2 volumes). São Paulo: Saraiva, 2006, vol. 1: 368 p., ISBN: 85-02-06042-2; vol. 2: 508 p., ISBN: 85-02-06040-6.

** Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

Brasil, e o debate porventura existente na sociedade sobre as opções de política internacional do Brasil (congresso, empresariado, e academia, ademais do problema federativo).

A atualidade cronológica e a abrangência dos dois novos volumes organizados pelos professores da PUC-SP e da UnB são, portanto, meritórias, mas a primeira observação que pode ser feita à publicação em pauta é, precisamente, a que se refere ao espectro de especialistas recrutados numa e noutra coleção: se os *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira* tinham sido preparados e contaram com a colaboração ativa de diversos representantes da própria diplomacia brasileira – alguns aposentados, mas a maior parte da ativa e com forte presença na formulação e na implementação da política externa –, esta nova edição conta exclusivamente com representantes da academia. Uma iniciativa anterior, do próprio Itamaraty – Gelson Fonseca Jr. e Sérgio Henrique Nabuco de Castro (orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira*, 2 vols., em duas edições nos anos 1990 –, talvez não possa ser considerada como totalmente objetiva, uma vez que contou exclusivamente com a participação de diplomatas da ativa. Os organizadores desta obra admitem que “a falta da visão do Estado, especialmente a dos diplomatas”, foi um risco, mas sua intenção era a de “demonstrar a existência de um pensamento social dinâmico, especialmente configurado na academia brasileira especializada”, que seria assim capaz de construir, “criticamente e sem vieses”, um painel atualizado das relações internacionais do Brasil. A aposta pode ter sido razoável, mas o risco calculado apresenta algum custo em matéria de perfeita compreensão dos problemas enfocados.

O prefaciador, Flávio Saraiva, diz que a obra foi “escrita primordialmente por acadêmicos”, quando na verdade o termo correto seria “exclusivamente”, ainda que um ou outro dos que assinam os 26 capítulos ostente dupla militância ou uma experiência ocasional em funções governamentais ou no setor privado. O prefaciador prossegue dizendo, que a obra “tem rigor acadêmico, mas não circunscreve seu discurso ao teorismo estéril nem às visões desprovidas de senso prático ou aplicado”,

o que talvez seja uma admissão inconsciente de que iniciativas exclusivamente universitárias ou feitas por acadêmicos em tempo integral podem eventualmente exibir algum teorismo ingênuo ou até falta de senso prático. Ele também acha que a “generosa contribuição” dos autores reforça a “necessidade de rever aspectos da política exterior do Brasil”, talvez porque eles fizeram “uma reflexão menos animada sobre as noções românticas do internacionalismo liberal que perdurou no pensamento de relações internacionais no Brasil e na América Latina na década passada”. Ficamos sabendo, assim, que o País, antes de 2003, mantinha “ilusionismos gerados pela onda de adaptação pouco crítica aos paradigmas do imediato pós-guerra fria”, mas que agora “retomou certa racionalidade no cálculo estratégico externo” (p. viii-ix).

Essa mesma visão, sobre um “antes” e um “depois” na política externa brasileira do período recente, isto é, antes e depois do governo Lula, comparece no primeiro texto da coletânea, da autoria do professor Amado Luiz Cervo, que escreve sobre “A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)”. Ele afirma, por exemplo, que: “o neoliberalismo impregnou a inteligência dos dirigentes brasileiros nos anos 1990” (p. 14); que a diplomacia brasileira desses anos aceitou que “o desenvolvimento passasse à dependência dos países ricos, por meio de instruções ou decisões da OMC” (*sic*); que essa nova doutrina “aceitou limites para a soberania, fez concessões” e “encaminhou o País para o desenvolvimento associado promotor de dependências estruturais” (p. 19). Ele também considera que os “desenvolvimentistas”, que eram “vistos com repugnância pelos dirigentes, que os qualificavam de retrógrados e saudosistas”, conseguiram antever os “resultados do neoliberalismo que desejavam evitar” (p. 14). Frente a tantas certezas dicotômicas, em face desse tipo de visão que distingue entre um mundo “associado” (e necessariamente “neoliberal”) e um outro “autônomo” (obviamente desenvolvimentista e heterodoxo em matérias econômicas), fica difícil reconhecer rupturas e continuidades na vertente diplomática, um universo

pleno de matizes e de interesses contraditórios, mas que não costuma separar o mundo entre “gregos” e “troianos”.

O governo Itamar Franco, a despeito de inserido na mesma onda liberalizante e de ter continuado as privatizações e o programa de redução tarifária iniciado por Collor, é visto como “fundamental”, uma vez que ele “tomou precauções diante da onda de redução tarifária, acelerando a integração no Mercosul, propondo a Alcsa [Área de livre comércio sul-americana] e negociando com firmeza nos foros multilaterais globais” (p. 21). Depois do “neoliberalismo subserviente e destrutivo em relação ao patrimônio da nação, a promoção do desenvolvimento associado às forças do capitalismo e a competição internacional perante a égide do livre mercado” – tudo isso supostamente conduzido de forma consciente pelo governo Cardoso –, ocorreu a “correção de modelo em 2003”. Os novos rumos da política externa são dominados por quatro orientações: “tirar o País da ilusão kantiana do ordenamento harmonioso e jogar o jogo duro das relações internacionais que as grandes potência mantêm”; “atenuar a vulnerabilidade externa herdada da fase anterior”, o que implicou, supostamente “pela primeira vez”, “a internacionalização da economia brasileira como movimento de expansão de empresas no exterior, com apoio logístico do Estado”; intensificar a atuação na América do Sul; reforçar o “poder nacional” e a “conquista de reciprocidade real” (p. 26-28).

Amado Cervo acredita que o ambiente político na América do Sul “tornou-se favorável ao curso dessa idéia [a construção de uma unidade política, econômica e de segurança na região] na virada do milênio, com o triunfo de partidos de esquerda em países importantes como a Venezuela, o Chile, a Argentina e o Uruguai” (p. 27-28; ele certamente agregaria a Bolívia e o Equador, se seu texto chegasse ao período recente). Ele incorre em equívoco ao afirmar que “foi possível negociar a fusão dos dois blocos regionais, o Mercosul e Comunidade Andina” (p. 28), quando isso jamais ocorreu. Ele também acha que a ratificação de Tlatelolco e do TNP “foram feitos na ilusão de que o País receberia tecnologias

em área sensíveis, o que não ocorreu” (p. 29), confundindo requerimentos habilitantes e direitos garantidos de acesso às tecnologias sensíveis.

Respondendo às queixas de empresários que reclamavam acordos de comércio com países avançados, Amado Cervo alinha-se à diplomacia de Lula: “ao sul movia-se o Brasil com mais efeito, usando parcerias bilaterais, coalizões de países ou os processos de integração na América do Sul, tendo em vista, precisamente, dobrar (*sic*) os países ricos pela negociação multilateral e levá-los à eliminação de subsídios agrícolas e entraves agrícolas e industriais à entrada de produtos do sul”. Ele vê uma frente de países emergentes como uma “versão atualizada e realista, em nada ideológica, do velho terceiro mundismo”, e acredita que a unidade da América do Sul avançou em 2005, “quando os governos da Argentina, do Brasil e da Venezuela negociaram uma aliança estratégica que ia além do simples comércio e se voltava aos setores produtivo e de infra-estrutura física” (p. 32).

O problema principal desse tipo de visão, para além de pequenos equívocos de interpretação na análise de processos concretos de negociação, é que ela parte de uma caracterização dicotômica da realidade entre, de um lado, um governo arbitrariamente classificado como “neoliberal” – que seria o equivalente moderno do “entreguista” dos velhos tempos – e, de outro lado, um governo pretensamente não ortodoxo em matérias econômicas (mas que pratica o “neoliberalismo” em sua política econômica) – que seria necessariamente “nacional” e “autônomo” no plano externo –, para construir toda uma linha de raciocínio que vê, em cada ação, postura ou atitude do governo FHC, na frente diplomática e internacional, uma demonstração cabal de docilidade ou mesmo de submissão a supostas exigências de reformas (liberais, obviamente) por parte do centro dominante. Esse tipo de visão diminui o sentido da atuação consciente de diplomatas que trabalharam de modo profissional em ambos os governos e distorce as condições sob as quais são tomadas decisões e implementadas linhas de ação na área da política externa, como se, num governo, só existissem concessões e adaptação e, no outro, apenas firmeza

e liderança. Argumentos desse tipo podem servir para convencer os já convencidos, mas pode-se também dizer que a história da nossa diplomacia já foi escrita com menor grau de maniqueísmo do que o exibido por certos autores atualmente.

O segundo capítulo, por José Augusto Guilhon de Albuquerque, trata dos desafios de uma ordem internacional em transição e discute as características do novo sistema pós-guerra fria e suas implicações para o Brasil. O autor acredita que as “constrições” e ameaças desencadeadas pelos processos de despolarização e de transnacionalização “são de tal maneira sobrepostas que é impossível estabelecer parcerias, alianças e alinhamentos integralmente coerentes entre si” (p. 54), o que abre novos espaços para a formulação da política externa. Esta pode, a rigor, suportar o “improviso, a idealização, o doutrinário”, mas o custo pode ser alto.

No último capítulo da primeira parte, José Flávio Sombra Saraiva trata da teoria e da prática das relações internacionais no início do século XXI, quando a ordem internacional é mais difusa do que sob a guerra fria. Ele vê, não necessariamente uma única sociedade internacional integrada, mas diversas sociedades internacionais, um verdadeiro arquipélago de Estados e sociedades muito diversas, com objetivos por vezes conflitantes.

A segunda parte, dedicada às antigas e às novas parcerias, é mais uniforme em sua metodologia, uma vez que voltada para o exame das relações bilaterais do Brasil com grandes atores. Mônica Hirst, no capítulo 4, classifica em cinco “As” as fases sucessivas das relações Brasil-Estados Unidos: aliança (de fato, até os anos 1940), alinhamento (de 1942 a 1977), autonomia (mantida até os anos 1900), ajustamento (no governo FHC) e afirmação (a partir de Lula). A despeito do caráter em geral amigável dessas relações, sem confrontos maiores, frustrações se acumularam ao longo dos anos, seja por que os EUA não corresponderam ao desejo do Brasil de ter facilitado sua incorporação ao círculo de poder mundial, seja porque o nacionalismo econômico brasileiro decepcionou os interesses privados americanos. O ensaio termina pelo retrato dos contrastes e confrontos entre os dois grandes do

hemisfério, inclusive em relação a terceiros países, na medida em que o Brasil pretende avançar no sentido da construção da liderança sul-americana, mas não chega, obviamente, aos novos entendimentos em torno das energias renováveis, realizados entre Lula e Bush na fase recente.

Miriam Gomes Saraiva trata, no capítulo 5, das relações entre o Brasil e a Europa de 1990 a 2004, “entre o inter-regionalismo e o bilateralismo”, segundo o seu subtítulo. Esses anos são marcados pela busca europeia de uma nova presença mundial, ao mesmo tempo em que o Brasil também busca contrabalançar a presença americana na região e afirmar-se de modo autônomo no cenário internacional. O Mercosul é um elemento decisivo nesse jogo de barganhas e equilíbrios, da mesma forma como as políticas agrícolas dos dois grandes do comércio mundial condicionam em boa medida as demandas e concessões dos três lados. Henrique Altemani aborda as relações com a Ásia do Leste, à exclusão da Ásia Central e do Sul. O interesse brasileiro, ainda marcado por grande desconhecimento daquela região, é predominantemente econômico (comércio e investimentos) e deixou de estar focado no Japão para incorporar outros países, com destaque para a China, obviamente. Fernando Mourão, Fernando Cardoso e Henrique Altemani tratam, no capítulo 7, das relações Brasil-África entre 1990 e 2005: de uma perspectiva “culturalista”, essas relações evoluíram mais recentemente para uma dimensão presidencial, mas os impulsos dominaram sobre a continuidade. A CPLP e o IBAS são os dois foros mais importantes da atualidade, mas o envolvimento comercial do Mercosul e a formatação de um processo de reuniões de cúpula também foram introduzidos na equação, sempre na perspectiva de uma diplomacia ao sul e anti-hegemônica. Nizar Messari encerra a parte dois tratando das relações do Brasil com o mundo árabe, que ele reconhece ser uma das áreas “de baixa prioridade para a política externa brasileira” (talvez não mais, atualmente). Ocorreu breve fortalecimento no governo Geisel, por razões óbvias de dependência petrolífera, mas foi a exceção, não a regra. De resto, grande parte do relacionamento pode ser explicada pela presença de comunidades judaica e árabe no

Brasil, o que introduz também o vetor dos conflitos regionais e a presença dos EUA no Oriente Médio como elementos definidores da atual política externa de busca de relações mais afirmadas. A criação da reunião de cúpula América do Sul-Países Árabes, por iniciativa brasileira, e a aproximação das posições da Liga Árabe tem introduzido alguns ruídos na relação com Israel, mas o autor acredita que ainda assim o Brasil possa ser um mediador nos conflitos no Oriente Médio.

A terceira parte é toda ela dedicada ao entorno geográfico brasileiro, com três capítulos bem delimitados. Luiz Alberto Moniz Bandeira se ocupa da América do Sul, num longo capítulo histórico que parte de Hegel para antecipar um conflito entre as partes norte e sul do hemisfério americano. Ele remonta o conceito de América do Sul ainda ao período imperial, quando havia relativa indiferença em relação ao México e os demais países da região, considerados como pertencentes à esfera de influência dos EUA. Em 1965, essa tradição foi rompida, com o apoio à intervenção americana na República Dominicana. Moniz Bandeira acredita que a questão Mercosul versus Alca constitui “o principal ponto das divergências entre o Brasil e os Estados Unidos” (p. 277), ratificando inteiramente as posições do atual Secretário-Geral do Itamaraty sobre o caráter nefasto da Alca para o Brasil e o Mercosul. Ele também acredita que os países da região aceitam “consensualmente” a liderança brasileira na região, uma vez que ela seria “sem pretensões de hegemonia, respeitando as particularidades de cada povo” (p. 281). A iniciativa brasileira de formar a Comunidade Sul-Americana de Nações é vista como um “objetivo estratégico”, com vistas a tornar a região “uma potência mundial, não só econômica, mas também política” (p. 295).

Janina Onuki trata, no capítulo 10, do Brasil e a construção do Mercosul, que ela vê, corretamente, como “uma marca da política externa dos anos 1990” e uma das “prioridades da agenda externa do governo Lula” (p. 299), embora não seja uma prioridade na agenda dos demais países, e o “bloco convive mais com problemas do que com resultados positivos, o que dificulta traçar cenários otimistas”

(p. 300). A crise brasileira de 1999 e a desvalorização do real podem ter precipitado a desconfiança dos sócios, estando na origem do atual pessimismo. Outros autores falam de várias crises simultâneas, inclusive de expectativas e de compromissos, ao lado da falta de efetividade, de eficácia e de transparência. Ela vê objetivos divergentes nas agendas de política externa dos governos Kirchner e Lula, sendo que este último parece disposto a assumir os custos de manter vivo o processo de integração, embora o ativismo possa ser visto pelos demais membros, justamente, como o elemento indesejável de uma busca de liderança não consentida. Sua avaliação é a de que a “crise do Mercosul”, em grande medida dependente dos altos e baixos do relacionamento Brasil-Argentina, “não é estritamente conjuntural, nem apenas delimitada por aspectos comerciais”, derivando de “divergências estruturais, sobretudo no que diz respeito aos modelos de política econômica doméstica e política externa” (p. 317). Hoje, “a limitação de resultados levou o Mercosul a decidir pelo meio rápido: expandir sem discutir o aprofundamento do acordo, a internalização das normas e a garantia do cumprimento das decisões” (p. 318).

Finalmente, Marcelo Passini Mariano e Tullo Vigevani abordam, no último capítulo do primeiro volume, a questão da Alca, vista como uma “integração assimétrica”, uma vez que os EUA enfatizam seus interesses comerciais, ao passo que o Brasil luta pela manutenção de políticas setoriais domésticas. As incertezas ligadas ao projeto americano alimentam duas tendências da política externa brasileira, que seriam a “busca da autonomia pelo distanciamento e a da autonomia pela participação”, atitudes não restritas à questão da Alca, mas presentes desde sempre na diplomacia brasileira (p. 335). A proposta brasileira de uma “Alca *light*”, feita em 2003, não prosperou, mas o processo foi de toda forma interrompido em 2005, quando os EUA já faziam o cerco ao Brasil, negociando acordos comerciais com todos os demais parceiros, à exceção do Mercosul. Segundo os autores, “o objetivo do jogo [brasileiro] se concentra mais em evitar perdas do que em obter ganhos reais” (p. 353).

O segundo volume, voltado para o multilateralismo e para a agenda diplomática internacional do Brasil, constituiria, segundo o prefaciador José Flávio Saraiva, “um exemplo marcante da renovação epistemológica e metodológica que está em curso na investigação das relações internacionais do Brasil” (p. ix), afirmação que pode parecer algo exagerada, tendo em vista que os textos integrantes abordam questões tradicionais da agenda internacional e da agenda externa do Brasil, esforçando-se seus autores por apresentar as questões e problemas da melhor forma possível, sem que se vislumbre, porém, alguma “ruptura epistemológica” ou metodológica com os padrões conhecidos na academia brasileira. Em todo caso, vale examiná-los um a um, ainda que maneira muito resumida.

Os próprios organizadores, em sua introdução, acreditam que “uma mudança extraordinária” (sic), “entre tantas mudanças radicais, processou-se no sistema de relações internacionais do Brasil desde o final da guerra fria”. Qual seria essa mudança excepcional?: “a desconfiança, ou melhor dizendo, a descrença com que o País via as organizações internacionais se converteu em um entusiasmado engajamento, manifestado como uma fé inabalável nas virtudes do multilateralismo político e econômico” (p. 1). Esse “entusiasmo” pode aparecer como novidade apenas para os *outsiders*, uma vez que a diplomacia brasileira sempre atribuiu importância primordial às instituições multilaterais, geralmente consideradas, junto com a defesa do direito internacional, como o recurso obrigatório daqueles que não possuem poder real no mundo da política internacional. Em todo caso, a novidade nesta obra é constituída pelos quatro capítulos finais, que abordam a participação de atores não tradicionais na política externa (Congresso e empresariado), o problema do federalismo e o debate acadêmico e social sobre as relações internacionais do Brasil.

O segundo volume compõe-se de quinze capítulos, divididos em três partes. A primeira, sobre o multilateralismo, começa por examinar a questão da ONU, sob a pluma do professor da UnB Virgílio Arraes. A cobertura está circunscrita ao período

posterior a 1990, década de grandes conferências internacionais já examinadas de modo competente pelo diplomata José Augusto Lindgren Alves, em seu livro *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências* (Brasília: IPRI-Funag, 2000). O autor registra a evolução da participação brasileira nessas instâncias internacionais, de uma adesão aos novos cânones da “democracia neoliberal” à frustração com a face menos risonha da “globalização assimétrica”, a partir das crises financeiras do final da década, até a busca pela sua incorporação no CSNU, mas conclui que o Brasil não tinha conseguido acumular “cabedal suficiente” para transpor o “fosso de poder” (p. 41) da ordem pós-guerra fria.

Alcides Costa Vaz trata, em seguida, do sistema interamericano, tanto do ponto de vista da integração e do comércio, como no plano da segurança regional. O hemisfério passou da era da guerra fria – quando a preocupação de Washington era prioritariamente securitária e focava quase exclusivamente a luta contra o comunismo e a influência soviética – para uma redefinição de agendas nos anos 1990, com a ascensão dos temas econômicos de modo amplo, em especial a dimensão comercial, manifestada no projeto americano de uma Área de Livre Comércio das Américas. Acadêmicos, seguidos por diplomatas, consideraram a Alca um “suicídio histórico”, posição de ampla receptividade nos mais diferentes meios políticos do Brasil, resultando inclusive na sua rejeição a termo. A dimensão da segurança e da cooperação militar foi tratada em conferências organizadas pela OEA e em encontros de ministros da defesa, com posições não consensuais quanto à natureza das novas ameaças – narcoguerrilha, terrorismo – e o emprego das forças armadas. O autor conclui que a agenda interamericana do Brasil padece de certa ambigüidade e da falta de instrumentos capazes de lhe conferir maior funcionalidade no quadro das relações externas (p. 72).

Antonio Jorge Ramalho da Rocha aborda a questão dos regimes internacionais, vistos pela diplomacia brasileira de uma ótica westfaliana, assentada em valores tradicionais: jurisdicção, pacifismo (ou não-confrontacionismo), realismo e desenvolvimentismo. O autor destaca a “natureza

contraditória” da adesão do Brasil ao TNP, uma vez que nada teria mudado, substancialmente, nas razões e condições que tinham determinado a recusa, durante três décadas, daquele tratado “discriminatório”; tal decisão do governo FHC teria representado “custos muito elevados e benefícios irrelevantes, senão inexistentes” (p. 118-119). Eiiti Sato, no capítulo 4, se ocupa do GATT-OMC e das questões de comércio internacional, ressaltando a posição atuante do Brasil em praticamente todas as rodadas de negociação e seu crescente papel nos processos de barganha.

Paulo Vizenini considera que as iniciativas de “geometria variável” do Itamaraty, como o G-3 (ou IBAS, com Índia e África do Sul) e o G-20 (para as negociações agrícolas da Rodada Doha), “resultam de uma leitura realista das mudanças em curso no sistema internacional” e a “contínua adaptação de uma estratégia voltada ao apoio, ao desenvolvimento e, mais discretamente, de ampliação do poder nacional” (p. 159). A estratégia faria parte de um projeto que pretende “rever o modelo de desenvolvimento de inspiração neoliberal”, que teria produzido uma “estagnação generalizada” (p. 166). Para ele, os governos de Collor a FHC “privilegiavam apenas as relações com os países ricos e, em menor medida, com o Mercosul” (p. 181), já que o ex-presidente FHC “não possuía os requisitos para uma mudança que ultrapassasse um tímido discurso crítico” e Lula “passou a desenvolver uma intensa agenda internacional (...) como porta-voz de um projeto que transcende objetivos de simples projeção pessoal e adesão subordinada à globalização”. Na linha de Amado Cervo, ele acha que “essa é a grande diferença: o desalinhamento da política externa em relação ao ‘consenso’ liberal norte-atlântico como forma de recuperar a capacidade de negociação” (p. 189). Otimista, ele acha que o G-3 pode “vir a se tornar um G-5, com uma virtual adesão da China e da Rússia” (p. 191).

Renato Baumann focaliza as relações do Brasil com o FMI, o BIRD e o BID nos anos 1990 e nota que nenhum outro país conseguiu, junto ao FMI, recursos equivalentes a 900% da sua cota, como ocorreu em 2002, com a utilização de 63% do valor global

de 30 bilhões de dólares, inédito para operações exclusivas do FMI. Em contrapartida, o Brasil aceitou condicionalidades que se traduziram em reformas como as da previdência social e a adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal (p. 215). Outro traço dos anos 1990 é uma opção das três instituições por “tornar os investimentos cada vez mais dependentes das decisões do setor privado e cada vez menos uma iniciativa do Estado”, mas segundo Baumann “essa lógica tende a penalizar (ou adiar) os investimentos em atividades socialmente desejáveis, mas de baixo retorno privado” (p. 216).

A segunda parte, o Brasil e os temas da agenda internacional contemporânea, é aberta por um texto de Antonio Augusto Cançado Trindade sobre os direitos humanos, de 1985 a 2005. Ele já tinha assinado a magnífica obra *A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas* (Brasília: Editora da UnB, 2000), período marcado pela adesão do Brasil aos dois pactos da ONU e à Convenção Americana sobre direitos humanos, decisão da qual foi responsável direto, como consultor jurídico do Itamaraty no período pós-redemocratização. Ainda mais significativa e decisiva foi sua contribuição, depois de 13 anos de luta, para a aceitação obrigatória pelo Brasil da competência contenciosa da Corte Interamericana, efetuada em 1998. Ele está, porém, plenamente consciente de que o futuro da proteção dos direitos humanos no Brasil, em especial no que se tange à tortura, depende basicamente de “medidas nacionais de implementação” (p. 247).

A política externa ambiental está coberta em coerente capítulo assinado por Ana Flávia Barros Platiau, que resalta certas ambigüidades da política ambiental brasileira, em função de sua inevitável conexão com as áreas comercial e industrial. As premissas de atuação do Brasil nos foros internacionais mantêm-se os mesmos desde 1992, mas a novidade no atual governo é a “maior participação de atores não estatais na construção da política externa ambiental”, ainda que eles não tenham sido capazes de moldar o conteúdo dessa política (p. 253). Durante todo o período, o Brasil manteve-se coerente com seu princípio de “responsabilidades comuns, porém

diferenciadas” na gestão dos recursos naturais, mas demonstra – segundo ela, uma “infundada” – resistência ao conceito de “patrimônio comum da humanidade”, em virtude de conhecido temor em relação à Amazônia. O Brasil exerceria, nesses foros, uma “liderança sem hegemonia”, com parceiros diferenciados em função de temas específicos (os “megadiversos” seriam um exemplo). Em síntese, o Brasil não mais considera, como em 1972, as questões ambientais como uma “ameaça internacional à sua soberania”, mas como uma “oportunidade para se garantir o desenvolvimento nacional” (p. 276).

Thomaz Guedes da Costa, conhecido especialista em questões de segurança, trata dessa temática em um capítulo intitulado, simbolicamente, “Em busca da relevância”. Ele considera que o processo decisório brasileiro é em geral introspectivo e pouco propenso a integrar os temas de segurança internacional na sua agenda, mas fica mais alerta quando o foco se aproxima da Amazônia. Afirma, também, que a pretensão brasileira de ser um *rule-maker* no sistema internacional produziu um “projeto anacrônico, particularmente na ambição de tomar lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas” (p. 285). Para ele, a proposta brasileira é “incompleta”, uma vez que o Brasil “não é reconhecido como um ator fundamental na segurança internacional, merecedor de um assento, nem pelas potências atuais, nem pelos vizinhos das esquinas americanas ou africanas” (p. 297). Eugenio Diniz continua no mesmo terreno, ao tratar das operações de paz da ONU e a participação do Brasil. Ele deixa, porém, de mencionar a importante contribuição do diplomata Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para o estudo dessa questão no livro *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas* (Brasília: Funag, 1999). Diniz considera que a participação ativa do Brasil e a sua liderança da missão de paz no Haiti “podem abrir um importante e significativo precedente para a diplomacia brasileira”, em vista da reconhecida resistência brasileira em participar de missões de “imposição de paz”, em contraste com as missões de “manutenção da paz”. Para ele, pode ser que “se esteja diante de uma inflexão adicional da política externa brasileira” (p. 334).

Pio Penna Filho aborda, no capítulo 11, as “estratégias de desenvolvimento social e combate à pobreza”, do ponto de vista da agenda internacional do Brasil. Ele também acha que ocorreu uma “imposição do modelo econômico neoliberal”, doutrina que seria hegemônica e que “prevê a redução drástica da intervenção do Estado na economia, até mesmo do Estado de Bem-Estar Social” (p. 340). Ele trata dos esforços do governo Lula para incorporar a dimensão do combate à pobreza e à fome na agenda internacional, mas dedica igual atenção à agenda interna nessa vertente.

A terceira parte, finalmente, está voltada para o debate social sobre as escolhas internacionais do Brasil, começando por um estudo de João Augusto de Castro Neves sobre o papel do Congresso na política externa. Desprovido de bibliografia, a despeito de mencionar autores no texto, o capítulo cobre a estrutura constitucional e política das relações exteriores no Brasil e trata de forma detalhada das atitudes dos congressistas em relação à integração regional e seu interesse nas negociações hemisféricas da Alca, certamente os temas que mais chamaram a atenção no período recente.

Amâncio de Oliveira e Alberto Pfeifer, ao abordar o papel dos empresários na política externa, reconhecem que esta se tornou, desde os anos 1990, mais transparente e permeável à sociedade brasileira. Sua participação foi, no entanto, bem mais intensa na promoção comercial do que nas negociações de política comercial, muito embora o Mercosul tenha representado um novo marco inclusivo. O governo Lula é caracterizado como um “ativismo nacionalista”: os autores lembram que os dirigentes do PT viam a Alca mais como um projeto de “anexação” do que de integração, que as opções “Sul-Sul” já estavam pré-determinadas e que o agronegócio foi beneficiado mais pela sua capacidade de gerar dólares de exportação do que por simpatia congênita. Eles dizem que, em função da opção ideológica do governo, “a burocracia diplomática teria abandonado posturas mais pragmáticas nas arenas do comércio internacional” (p. 401). Um interessante quadro analítico sumaria as relações entre o empresariado e o Estado no

campo da política externa desde os governos Collor e Itamar até Lula. A fase recente é caracterizada pela internacionalização de grandes empresas brasileiras. Eles concluem pelo estudo da Coalizão Empresarial Brasileira e seu envolvimento nas negociações da Alca, algo inédito para os padrões “retraídos” do empresariado brasileiro.

José Flávio Sombra Saraiva trata do federalismo nas relações exteriores, também chamado de “paradiplomacia”. A participação de estados e municípios na política externa pode se dar de forma “atabalhoada”, daí os esforços do Itamaraty em enquadrar as iniciativas das assessorias de relações internacionais das unidades federadas. Por fim, no último capítulo, Antonio Carlos Lessa conclui, a partir do crescimento da produção acadêmica e da expansão da formação de quadros especializados,

que estaria havendo um “adensamento do pensamento brasileiro em relações internacionais”, sendo que o primeiro exemplo seria a própria UnB, onde milita boa parte dos autores citados. Não obstante aderir o autor aos paradigmas esquemáticos e simplificadores propostos por Amado Cervo para enquadrar as relações internacionais do Brasil a partir do século XIX – liberal-conservador, até 1930; desenvolvimentista, até 1989; normal e logístico, desde então –, trata-se de excelente conclusão, em forma de balanço, para uma obra muito bem-vinda, que passa a representar uma referência doravante indispensável para os estudos da e na área. Um índice remissivo e uma bibliografia consolidada dos títulos mais importantes para cada seção temática seriam muito úteis numa segunda edição da obra, que provavelmente não tardará demasiado.



Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org> .

Nem todo o petróleo é nosso*

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE**

Sérgio Xavier Ferolla é engenheiro pelo ITA e brigadeiro-do-ar. Paulo Metri também é engenheiro e presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Os dois autores procuram fazer aquilo que há muito se faz na produção acadêmica internacional, sublinhar com fortes traços para deixar claro que os assuntos energéticos não são, e nunca foram, separados dos interesses políticos dos Estados, sobretudo àqueles qualificados como grandes potências. Claro, não que o pesquisador brasileiro desconheça essa assertiva. Mas digamos que o tema não alcançara tanta evidência como passou a ter a partir de 2003 e 2006. Há quatro anos por causa da entrada norte-americana no Iraque. E há um ano em virtude dos acontecimentos que envolvem a produção de gás natural na Bolívia de Evo Morales. Tanto uma questão, quanto a outra está ligada, em grande parte, à segurança energética.

No livro *Nem Todo o Petróleo é Nosso*, com prefácio de Carlos Lessa, Ferolla e Metri fazem um balanço histórica da política energética brasileira no que corresponde ao petróleo. O tema do petróleo passou a ser observado a partir da Constituição de 1934, no primeiro governo de Getúlio Vargas, como amostra das preocupações que aquele estadista apresentava para o equilíbrio político e econômico do Brasil. Os dois engenheiros são da opinião de que aquele governo saído da Revolução de 1930 fora sensível com a sorte do Estado brasileiro ao perceber que assuntos energéticos, o que valia para todos os outros minerais também, não poderiam ser vislumbrados sem o acompanhamento do poder público nacional.

De início, os autores fazem advertência ao leitor, ajuizando-o sobre a natureza ideológica e política

do texto. Trata-se de um trabalho vinculado ao antiliberalismo e às vertentes mais cosmopolitas da globalização que, no fundo, acabam se confluindo com o *neoliberalismo* – doutrina que na pena dos autores promove a desarticulação dos Estados, do poder político tão caro àqueles países que muito demoraram na arte de buscar viabilidade em um sistema abertamente desigual e difícil para a parcela pobre do mundo.

Deixando clara a opção política Ferolla e Metri são da opinião que a politização do petróleo, antes de tudo, a partir dos anos 1930, bem como a criação da Petrobrás, em 1953, são amostras de preocupações que aqueles governos tiveram para fazer do Brasil algo respeitável no âmbito das relações internacionais no que tocasse à energia e à exploração de hidrocarbonetos.

Por conseguinte, conclui-se que a moderna economia internacional, industrializada, só ganhou propósito por causa das enormes reservas energéticas, de petróleo, encontrada nas áreas periféricas do capitalismo. Houve sim forte incremento da produção petrolífera nos Estados Unidos, entre 1870 a 1970, mas a exaustão de suas reservas levaram a política norte-americana a buscar apoio diplomático para a urgência que se desenhava em explorar reservas substanciais do Oriente Médio e Ásia Menor – regiões que ainda são compensadoras para a indústria petrolífera.

Enormes reservas de petróleo, bem como fatura de outras matérias-primas, promoveram o desenvolvimento econômico que os países do Hemisfério Norte tiveram em todo o século XX. No entanto, a decadência das antigas áreas de prospecção

* Resenha de *Nem Todo o Petróleo é Nosso*, de Sérgio Xavier Ferolla e Paulo Metri. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 267 páginas (Isbn 85-7753-009-4).

** Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Unibero – Anhanguera Educacional (alexandrehage@hotmail.com).

levarão os grandes consumidores do *ouro negro* a procurar outras jazidas que ainda sejam dignas de atenção. Ferolla e Metri são da opinião de que a “despolitização” da energia a partir de 1990 são um convite para abrir as possíveis reservas brasileiras de petróleo para a exploração internacional.

A quebra do monopólio do petróleo por emenda constitucional, em 1997, e a privatização de parte substancial do antigo sistema Eletrobrás são exemplares para demonstrar o quanto o Brasil tem se despreocupado sobre um assunto, cujo teor de conflito tende a aumentar à medida que as grandes reservas derem sinais de exaustão. Desta forma, os

autores defendem amplamente a opinião de que não há “harmonia de interesses” em assuntos dessa qualidade. Há sim a necessária preeminência do Estado que admite alguma participação externa.

Como já fora dito, Ferolla e Metri não deixam de demonstrar suas filiações políticas, que podem incomodar leitores mais “internacionalizados”. No entanto, seria injusto ignorar os esforços que os autores fazem para se compreender parte dos problemas nacionais. Pode-se não concordar com eles, que é muito lícito e desejável, mas não podemos deixar de reconhecer que se trata de esforços de dois grandes brasileiros em prol do bem-estar do Brasil.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com